

## AS DEMANDAS DOS SERINGUEIROS E AS POLÍTICAS NA RESEX CHICO MENDES: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

### THE RUBBER TAPPERS DEMANDS AND THE POLITICS AT CHICO MENDES RESERVATION: BETWEEN DISCOURSE AND PRACTICE

Márcia Cristina Pereira de Melo Fittipaldy<sup>1</sup>, Fernando Sérgio Escócio Drummond Viana de Faria<sup>2</sup>, Anselmo Fortunato Ruiz Rodriguez<sup>3</sup>, Carlos Estevão Ferreira Castelo<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte). Mestra em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

<sup>2</sup>Doutor em Biotecnologia. Professor Titular da Universidade Federal do Acre e do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

<sup>3</sup>Doutor em Física. Professor Associado da Universidade Federal do Acre e do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

<sup>4</sup>Doutor em História Social. Professor Associado da Universidade Federal do Acre. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

\*Autor correspondente: E-mail: marciafittipaldy@gmail.com

#### RESUMO

Neste artigo analisamos a relação entre as demandas e anseios dos seringueiros, quanto ao uso e gestão do território da Resex Chico Mendes, e as principais políticas de exploração dos produtos da biodiversidade, implementadas pelo governo do Acre, no período de 1999 a 2018. A metodologia constou de pesquisa documental e bibliográfica, numa abordagem qualitativa. Os resultados obtidos indicam que no marketing governamental da Frente Popular do Acre, as demandas e anseios dos seringueiros, quanto ao uso e gestão do território da Resex Chico Mendes, apareciam como se tivessem sido incorporadas às políticas públicas implementadas nesta Unidade de Conservação. Entretanto, quando se analisa as ações do Estado nesse território, percebe-se que muitas delas foram ignoradas, vigorando um projeto econômico externo, que priorizava a exploração madeireira para fins comerciais. Ao contrário do que foi apregoado pelo governo, o “manejo madeireiro” não trouxe benefícios econômicos relevantes para os seringueiros, mas para os grandes grupos de capital privado.

**Palavras-chave:** PPG7. Manejo Florestal Comunitário Madeireiro. Mercantilização da Natureza. Frente Popular do Acre.

#### ABSTRACT

In this article we analyzed the relation between demands and aspirations of rubber tappers about use and management at Chico Mendes Reservation, and the main politics exploring products of the biodiversity, implemented by the Acre government, during the period of 1999 to 2018. The methodology used documented and bibliographic research with qualitative approach. The obtained results showed that demands and aspiration of rubber tappers as use and management of the Chico Mendes Reservation could be incorporated to the public politics implemented at this Conservation Unity in governmental marketing of the Popular Front of Acre. However it was verified that some demands have been ignored by the State, looking for an external economic project that prioritize wood exploration for commercial purposes. Instead of what was promised by the government, the wood management project did not bring relevant economical benefits to the rubber tappers, but only to private capital entrepreneurs.

**Key Words:** PPG7. Wood management of forest community. Nature merchandising. Popular Acre Front.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir de 1999, o Acre passou a ser governado por uma aliança de partidos denominada Frente Popular do Acre (FPA)<sup>i</sup>, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), onde o eleito foi o engenheiro florestal Jorge Viana. Essa aliança venceu o pleito com o apoio do movimento dos seringueiros<sup>ii</sup> e, como desafio, erigiu construir um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado na exploração racional da floresta (considerada como principal ativo econômico do Estado) e no fortalecimento do modo de vida das populações que nela habitam [1] [2]. Teoricamente, o “novo” modelo se contrapunha ao instaurado na década de 1970, que tinha como cerne a expansão da pecuária extensiva e a destruição das florestas da Amazônia.

Esse indicativo econômico para o desenvolvimento do Acre foi construído de modo coadunado com o direcionamento das agências multilaterais de desenvolvimento, que condicionavam a liberação de recursos à apresentação de propostas que contemplassem a variável da conservação ambiental. Vale citar que, havia limitação de financiamentos internos, pois o orçamento do Estado era composto de mais de 70% de repasses da união [3]. Essa limitação financeira, de fato, deu margem para que os organismos multilaterais de crédito assumissem o papel de protagonistas dos financiamentos do território acreano e, consequentemente, do (re) direcionamento do seu uso.

A orientação externa também vigorou no campo do discurso governamental, que passou a massificar a ideia da adoção de um “novo modelo” de desenvolvimento, intitulado desenvolvimento sustentável (este, consistia em afirmar ser possível conciliar o binômio desenvolvimento econômico e conservação ambiental). A proposta desse “novo” tipo de desenvolvimento foi construída no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), com apoio das agências multilaterais de crédito, sendo lançada através do Relatório “Nosso Futuro Comum” e consolidada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) [3].

Sob esse prisma, as propagandas oficiais noticiavam que o Estado vivenciava um período de reestruturação das políticas públicas, fortalecimento da autoestima e da identidade do povo acreano, respeito à diversidade cultural, valorização da floresta e dos seus moradores (seringueiros, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros grupos sociais) [2]. Para além, destacavam, reiteradas vezes, que as políticas e estratégias em curso nas florestas acreanas representavam as demandas e anseios dos seus moradores, bem como a concretização do legado de Chico Mendes, firmado na busca de tornar as florestas um instrumento sustentável, de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais (seringueiros, indígenas, ribeirinhos, entre outros sujeitos sociais).

Isso posto, as populações tradicionais eram apresentadas como as principais beneficiárias do projeto político da FPA, principalmente aquelas que moravam nas áreas das Resex. Registre-se uma maior evidência à Resex Chico Mendes, em função do apelo ambiental a qual ela era submetida, por carregar no seu nome a “imagem” e simbologia de Chico Mendes. Esse contexto ideológico e midiático, associado ao discurso de um suposto êxito nas iniciativas implementadas pelo poder estatal, levou o Acre a ser reconhecido mundialmente como referência de desenvolvimento sustentável.

Todavia, apesar dessas afirmações governamentais, há registros<sup>iii</sup> de uma série de posicionamentos críticos emanados dos mais diversos lugares (produção acadêmica, algumas organizações da sociedade civil, ativistas sociais, lideranças sindicais não cooptadas), que negam essa suposta convergência entre o legado de Chico Mendes e as políticas públicas implementadas na Resex Chico Mendes (e em outras áreas de populações tradicionais), ao tempo em que discordam quanto aos reais beneficiários das iniciativas executadas pelo poder estatal.

Diante do exposto e das divergências que permeiam esse processo, este trabalho objetiva analisar a relação entre as demandas e anseios dos seringueiros, quanto ao uso e gestão do território da Resex Chico Mendes, e as principais políticas de exploração dos produtos da biodiversidade, implementadas pelo governo do Acre, no período de 1999 a 2018.

Para a consecução dessa finalidade foi adotada a metodologia da pesquisa documental e bibliográfica, numa abordagem predominantemente qualitativa. A base de dados constou de artigos científicos, livros e literatura especializada, normativas oficiais, publicações estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicadores econômicos coletados no portal “Observatório do Desenvolvimento do Acre”, documentos oficiais, reportagens extraídas de jornais on-line e do site de notícias do governo do Acre “Agência de Notícias do Acre”, além de teses e dissertações.

Segundo Creswell [4] (p. 43) a abordagem qualitativa pode ser definida como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Quanto à utilização da pesquisa bibliográfica, Gil [5] (p.45) aponta que a principal vantagem “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. O mesmo autor também relata proveitos da pesquisa documental: baixo custo, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e “os documentos se constituem fonte rica e estável de dados” [5] (p.46).

Este trabalho se constitui uma ferramenta de grande relevância para subsidiar os debates e encaminhamentos sobre a construção de políticas públicas adequadas às necessidades e realidades das populações residentes nas Resex (e em outras florestas acreanas), além da conservação da biodiversidade desses territórios.

A organização deste texto se efetiva em quatro seções. A primeira, toma como ponto de partida o processo que culminou com a criação das Resex e tem sequência com um resgate sobre os anseios e demandas dos seringueiros para que essas Unidades de Conservação (UCs) alcançassem viabilidade. A segunda, explicita a influência do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) nas políticas de reordenamento de uso do território acreano e da Resex Chico Mendes. A terceira, faz uma exposição sobre a opção de uso e gestão do território da Resex Chico Mendes pelos governos da FPA. A quarta, aborda algumas iniciativas com produtos florestais não madeireiros implementadas pelos governos da FPA na Resex Chico Mendes, que alcançaram maior repercussão ideológica e midiática. Finalmente, são apresentadas algumas considerações sobre o estudo realizado.

## **2. O PROJETO RESEX: ANSEIOS E DEMANDAS DOS SERINGUEIROS**

Nascidas em decorrência do protagonismo do movimento dos seringueiros do estado do Acre e instituídas no âmbito de uma política pública ambiental a partir de 1990, as Resex foram concebidas como um projeto alternativo de desenvolvimento, formulado pelos seringueiros do Alto Acre, em contraposição ao modelo predatório instaurado na Amazônia Brasileira no pós-1970, durante a ditadura militar (1964 a 1984) governo dos militares [6]. Tal modelo, era baseado na exploração dos recursos naturais, no incentivo à grande propriedade fundiária e à agropecuária extensiva.

As Resex se apresentaram como uma solução inovadora para a questão dos conflitos fundiários na Amazônia, materializadas no reconhecimento legal do direito dos seringueiros e de outros trabalhadores extrativistas à territórios (florestas) por eles tradicionalmente ocupados, na garantia do seu modo de vida e cultura autônomos, aliado à preservação da natureza [6]. Sua proposta foi idealizada no bojo dos conflitos/confrontos sociais em torno da disputa pela terra, envolvendo, de um lado, os seringueiros, e de outro, os fazendeiros (empresários do centro sul do país).

Os seringueiros eram ocupantes das terras, não possuíam a propriedade legal, mas defendiam a sua permanência nas áreas para assegurar o seu modo de vida e trabalho. Os

fazendeiros eram possuidores da propriedade legal da terra e tinham interesse em realizar a substituição da floresta para instalação de pastagens ou para transformá-la em mercadoria da especulação fundiária [6].

O processo foi marcado pela violenta expulsão dos seringueiros das terras por eles ocupadas e pelas suas inúmeras formas de resistência, sendo os empates<sup>iv</sup> a mais relevante e emblemática na luta pela terra [6]. A organização da resistência e conscientização dos direitos desses trabalhadores do campo (seringueiros, indígenas etc.) contou com a mediação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), que instalou uma Delegacia Regional em Rio Branco, no ano de 1975, e da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) [6]. No âmbito dessa luta, a Contag criou uma nova identidade para os seringueiros, a qual deu o nome de “posseiros”, utilizando o Estatuto da Terra como documento norteador [6].

Os empates resultaram na redução da expulsão dos seringueiros das suas colocações (área delimitada para cada família extrativista), abriram espaços de negociação com o governo e garantiram lotes de terra nos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), criados a partir de 1977 [6]. Em 1982, o Governo Federal criou uma nova forma de assentamento, os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), anunciando que se tratava da continuidade das ações de reforma agrária [6]. Ambas as modalidades, PAD e PAR, trouxeram mais problemas do que solução, pois as terras foram demarcadas em cortes retilíneos, desconsiderando as dimensões territoriais das colocações e, com isso, inviabilizando o modo de trabalho seringueiro. Apesar dessa situação, os PAD e PAR contribuíram para desarticular o movimento de resistência seringueira, visto que muitos seringueiros contemplados ficavam “presos” às terras adquiridas. [7].

Concomitante a esses acontecimentos, as organizações e movimentos ambientalistas internacionais transformaram em pauta principal de debate uma série de denúncias e críticas sobre a devastação ambiental provocada na Amazônia pelo processo de “modernização vigente”. Essas ideias foram ganhando força na agenda de diversos segmentos da sociedade mundial, de maneira que governos e organismos multilaterais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sentiram-se pressionados a não conceder novos financiamentos para fins de desmatar a Região [7].

Também nesse início de década (mais precisamente a partir de 1983) os empates caminhavam para o seu apogeu, sob o comando de Chico Mendes, então presidente do STR de Xapuri [8]. A atuação desse sindicato passou a se voltar para a busca incessante da afirmação

da autonomia dos seringueiros e de uma reforma agrária que atendesse aos seus objetivos [8]. A dimensão da resistência foi se reconfigurando nos anos subseqüentes e a estratégia de garantir um espaço para a pequena propriedade fundiária foi substituída pela perspectiva de criar condições políticas para frear o modelo de desenvolvimento em curso (incluindo a modalidade de colonização adotada pelo Incra) [9].

Nessa perspectiva, consolidou-se a ideia da realização de um encontro de seringueiros, em nível nacional [10]. Durante sua fase preparatória, foi gestada uma proposta inovadora de reforma agrária, que se traduzia na ideia de uma área reservada para os seringueiros, semelhantes às terras indígenas [10]. Assim, em outubro de 1985, aconteceu em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros. O evento se consagrou como inédito, dado que apresentou a proposta formulada pelos seringueiros, denominada de Resex [10]. Tal proposta simbolizava uma nova concepção de reforma agrária e desenvolvimento para a Amazônia. Ademais, o Encontro deu visibilidade à luta desses sujeitos sociais, em âmbito nacional e internacional, e deliberou acerca da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade representativa da categoria [10].

A proposta das Resex ganhou a simpatia e o apoio de uma parte da sociedade civil e de organizações e movimentos ambientalistas internacionais; estes dois últimos, já atuantes nas críticas e denúncias contra a destruição da Floresta Amazônica [9]. Em um curto espaço de tempo a nova proposta circulavam na mídia nacional e internacional atingindo um dos objetivos do movimento seringueiro: projetar a luta em prol dos seringueiros para o exterior e, com isso, conseguir apoio financeiro para a causa [9] [10].

Sob esse ângulo, foram construídas articulações e alianças entre o movimento dos seringueiros, as organizações ambientalistas, professores universitários, outras organizações e movimentos, tendo o CNS como entidade estratégica e Chico Mendes como principal articulador [8]. A nível Regional, permaneciam os conflitos sociais pela posse da terra, permeados por ações governamentais que apontavam para o atendimento, ainda que parcial, das demandas dos seringueiros, como a criação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) [6]. [10]. As evidências demonstram que, a intenção do governo não era assumir o problema da luta, mas despolitizar o embate.

Essa nova modalidade de assentamento trouxe inovações consideradas positivas: respeito aos limites territoriais das colocações; adoção da modalidade jurídica de Contrato de Concessão de Uso, como forma de regularização fundiária e valorização do extrativismo [7] [10]. Em contrapartida, também apresentava problemas, pois não contemplava as áreas de

grandes conflitos fundiários, visto que só podia ser efetivada em terras que eram de posse da União e estavam regularizadas. Além do mais, os PAE foram criados através da Portaria Interna do Incra, nº 627, de 30 de julho de 1987, que podia ser revogada a qualquer momento, dada a instabilidade institucional a qual era submetido o órgão, com constantes trocas de chefia [11]. “Por esta e por outras razões, a luta de criação das Resex passou a ocupar um lugar central na estratégia do CNS” [7] (p. 270).

O exposto supra demonstra que a conjuntura da política agrária não se mostrava animadora. Em contrapartida, havia um significativo crescimento na política ambiental, impulsionado pelo fortalecimento da aliança entre o movimento dos seringueiros e os ambientalistas. A permanência dos conflitos associados à luta pela terra não foi suficiente para garantir a criação das Resex, que somente vieram a ser instituídas no ano de 1990 (Decreto Presidencial Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990), após o assassinato de Chico Mendes, por força de pressões externas ao movimento dos seringueiros.

Em face desse histórico de lutas, os seringueiros/trabalhadores agroextrativistas vislumbraram a possibilidade de apresentar, formalmente, propostas para o Estado, por meio das suas organizações de base, que contemplassem suas demandas e anseios para a viabilidade das Resex. A mais expressiva formulação consta do documento intitulado “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia”.

Essa proposta foi elaborada de modo coletivo e participativo, em 1992, durante diversos encontros regionais coordenados pelo Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), tomando como norte os elementos centrais presentes no conteúdo original de Resex, acrescidos das contribuições teóricas de pesquisadores e intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, quais sejam: necessidade de organização comunitária; gestão das áreas pelas populações extrativistas (autogestão); regularização jurídica das terras na forma de patrimônio público da União, sob a guarda do Estado; autonomia na gestão dos territórios; uso diversificado da floresta; conservação ambiental; Estado como institucionalizador das demandas dos seringueiros [8] [12].

Reiteradas vezes, o documento situa a proposta de Resex no âmbito da luta pela reforma agrária no Brasil e apresenta reivindicações que demonstram a busca das populações agroextrativistas pela autonomia desses territórios, explicitadas nas formas com que propõem desde a criação até a gestão das áreas [12]. No primeiro caso (criação das Resex), é solicitada a participação do CNS em todas as etapas, a iniciar pela recepção da demanda pela comunidade, até a elaboração da proposta que, posteriormente, deve ser encaminhada para o Estado. No

segundo caso (gestão das Resex), a aspiração é traduzida no processo de autogestão desses territórios pelas populações residentes. Nesse encaminhamento, elas também seriam responsáveis pela elaboração e aprovação do instrumento que norteia a vida cotidiana das Resex: o Plano de Utilização [12].

Quanto ao papel do Estado no Programa de Reservas Extrativistas para a Amazônia (Prea), a aspiração era a de que ele fosse “o gerador das condições econômicas, sociais e institucionais necessárias, no curto e no longo prazo, para o desenvolvimento sustentável das mesmas, a partir da demanda dos interessados [...]” [12] (p. 28). Destaque-se o trecho: “a partir da demanda dos interessados”; o que mais uma vez demonstra a busca desses sujeitos sociais pela autonomia dos territórios das Resex.

Como parte desse conjunto de proposições, estão as políticas estatais, distribuídas por prioridade: a) emergenciais ou de curto prazo; b) médio e longo prazo. As emergenciais ou de curto prazo foram organizadas em dois eixos, aqui expostos de forma sintetizada: 1) Políticas Econômicas; 2) Políticas Sociais e Institucionais [12].

O primeiro eixo é formado por quatro subdivisões: a) política de preços remuneradores, na forma de subsídios, para os principais produtos extrativistas: borracha, castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa H.B.K.*) e babaçu (*Attalea ssp*); b) imediata regularização fundiária das Resex já criadas e condições para a sua efetiva gestão; c) políticas de produção: infraestrutura para melhoramento e beneficiamento da produção extrativista; estímulo à produção de cultura de subsistência e criação de animais; garantia de assistência técnica; criação de linhas de crédito específicas ou redirecionamento e fortalecimento de fundos para financiamento de atividades de suporte às Resex; recuperação de áreas degradadas; d) políticas de comercialização: criação e/ou consolidação de cooperativas para beneficiamento e comercialização dos produtos extrativistas; melhoria da infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção; pressão para incorporação dos produtos extrativistas nos programas de merenda escolar [12] [13].

O segundo eixo (políticas sociais e institucionais) também é composto de quatro subdivisões: a) políticas de educação básica: construção de escolas e abastecimento de insumos necessários ao seu funcionamento; ampliação de programas educativos que respeite o perfil cultural da população; treinamento de professores (formados e leigos) e elaboração de material didático adequado à realidade socioeconômica e cultural das Resex; contratação de professores; b) políticas de saúde: criação de postos e garantia de abastecimento de insumos, contratação de agentes de saúde e treinamento para atuar na realidade local; c) políticas de treinamento: para a organização dos sindicatos, associações e cooperativas; para a formação sindical e de novas



lideranças; para a administração e gestão das Resex; d) políticas de comunicação: implantação de rádios e outros sistemas de comunicação adaptados à realidade das Resex [12] [13].

No bojo dessas demandas, cabe ressaltar que o CNS se posicionou contra a exploração de recursos madeireiros para fins comerciais, tendo como justificativa a fragilidade da legislação vigente e dos mecanismos de fiscalização do aparelho do Estado, que não ofereciam (nem oferecem) qualquer garantia de controle das atividades das indústrias madeireiras [...] [12] [7].

As políticas de médio e longo prazo se apresentam divididas em quatro eixos, aqui elencados de modo resumido: 1) necessidade da realização de um zoneamento da Amazônia permitindo o mapeamento e o monitoramento ambiental e do uso do solo; 2) diversificação dos produtos base da economia extrativista; identificação de novos produtos com potencial rentável; ampliação dos mercados nacionais e internacionais para esses produtos; implantação de sistemas agroflorestais viáveis; alteração nas formas de comercialização e beneficiamento dos produtos (preferencialmente através do cooperativismo e associativismo), recuperação de áreas degradadas, agregação de valor aos produtos através de novas tecnologias; 3) elaboração de políticas tecnológicas, visando dar suporte à implementação e desenvolvimento de novos produtos agroextrativistas; 4) elaboração de políticas sociais (educação, saúde, treinamento e comunicação), como continuação para as de curto prazo [8] [12].

Conforme supra explicitado, as reivindicações apresentadas pelos agroextrativistas para viabilizar o Prea expressavam o desejo de que esses territórios fossem regularizados, respeitando as formas tradicionais de vida e trabalho neles instituídos pelos moradores da floresta. Caberia ao Estado assegurar as condições necessárias (através da adoção de políticas públicas) para que esses sujeitos sociais pudessem permanecer nas Resex com melhores níveis de renda e condições de vida, assegurando a conservação da biodiversidade.

### **3. O PPG7 COMO MATRIZ DE REFERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ACRE E DA RESEX CHICO MENDES**

Ainda que o PPG7 não seja objeto central deste artigo, se faz necessário demonstrar a sua influência nas políticas de reordenamento de uso do território acreano e da Resex Chico Mendes, através de estratégias que assumiram a aparência de cooperação para a promoção do “desenvolvimento sustentável.” Em linhas gerais, Paula [7] relata que o PPG7 se constituiu

uma matriz de referência das políticas impostas pelo Grupo dos Sete (G7) e seu gerenciador, o Banco Mundial e não por acaso, elas lograram o êxito de promover o acesso ao uso dos recursos naturais da Amazônia e do Acre por grandes grupos de capitais privados, sob o manto da sustentabilidade.

Vale lembrar que, desde o ano de 1995, esse Programa estava sendo executado na Amazônia. Na proposta do PPG7, a problemática do desmatamento seria minimizada através de investimentos nas atividades de manejo, conservação e desenvolvimento sustentável [14]. Esse anunciado compromisso em favor das florestas tropicais ostentado pelos países desenvolvidos, foi inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante, onde a economia de mercado foi apontada como a melhor solução para o problema da destruição do meio ambiente e para a sua conservação [14]. Nessa ótica, a natureza estaria subordinada à economia de mercado.

Através do PPG7 foram financiados diversos subprogramas e projetos, distribuídos em cinco linhas temáticas, a saber: 1) experimentação e demonstração; 2) conservação de áreas protegidas; 3) fortalecimento das instituições públicas responsáveis pelas políticas ambientais; 4) ciência e tecnologia; e 5) lições e disseminação de conhecimento [15].

Com destaque, a linha temática “experimentação e demonstração”, possuía dois projetos que eram considerados atores-chaves do PPG7: o PDA e o Pró-Manejo; por prever o envolvimento das populações tradicionais e ONGs nas suas ações. O Pró-Manejo era destinado “à atividade de manejo florestal para produção de madeira a empresas e comunidades” e contava com aporte técnico e/ou financeiro do KfW (Banco alemão de desenvolvimento), Rainforest Trust (RFT), Department for International Development (DFID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) [16] (p. 47).

O PDA financiava e assessorava subprojetos executados por associações de base ou não-governamentais, nas áreas temáticas de sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental, sistemas de manejo de florestal, sistemas de manejo de recursos aquáticos, sistemas de preservação ambiental [17]. No plano teórico, o PDA promoveria o desenvolvimento de “baixo para cima”, através de um trabalho direto com as populações tradicionais, suas organizações e associações de base, além de ONGs; onde elas seriam incumbidas de articular e realizar propostas de uso sustentável dos recursos naturais, de acordo com as suas necessidades [17] [18].

Com intencionalidades bem definidas, o PDA e o Pró-Manejo foram instrumentos formulados pelo Banco Mundial para inserir as populações tradicionais no PPG7, fazendo com

que elas legitimassem os interesses dos grandes grupos de capital privado nas atividades de exploração madeireira (e em outros projetos econômicos externos), sob o discurso de desenvolver mecanismos de uso sustentável da floresta, bem como alternativas à exploração ilegal da madeira e contenção do desmatamento e da pecuária.

Em que pese as evidências, o PPG7 influenciou profundamente a política ambiental do Acre e, de modo particular, da Resex Chico Mendes, a ponto de ser confundido com a própria política do governo. Essa interferência foi mencionada por Barbanti Jr. [19], em publicação do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do PPG7, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ao analisar o grau de subsídio do Subprograma Política dos Recursos Naturais (SPRN) às políticas públicas do Acre, o autor relata que encontrou dificuldade, por não conseguir separar as ações do Programa das outras políticas desenvolvidas pelo governo.

Caminha na mesma direção o posicionamento de Graf [20], que destaca a importante posição ocupada no governo por um dos componentes do SPRN, o Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI). Tal Projeto, além de ser responsável pela estruturação da política ambiental do Acre, manteve o Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac), órgão ambiental estadual, quase que exclusivamente com seus recursos, durante o período que compreende os anos de 1996 a 2003. Registre-se que, a partir de 1999, quando a FPA assumiu o executivo acreano, o montante de recursos anuais foi mais que triplicado, saindo de 261 mil para 1, 017 milhão [20]. Isso demonstra o alinhamento das diretrizes das políticas de desenvolvimento do Acre com as de seus financiadores externos.

Nota-se, ainda que, no âmbito do PGAI, que se efetivou a concessão do aporte financeiro e da “assistência técnica”, via cooperação alemã (KfW e GTZ), para a produção e implementação daquele que, enquanto documento teórico, foi definido como o mais importante instrumento de planejamento regional e gestão territorial dos cinco mandatos consecutivos da FPA: o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE), Fase I e II, respectivamente elaboradas no período de 1999 a 2000, e 2003 a 2006.

As informações do ZEE-AC, Fases I e II, serviram de referência para a formulação e implementação de vários planos, programas, projetos, planejamentos e investimentos governamentais da FPA. Alguns dos subprodutos são: elaboração e implantação do Programa de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre (PDSA), Fases I e II; criação da Lei Estadual Florestal n.º 1.426, de 27 de dezembro de 2001; criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual do Chandless; criação das Resex Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade; criação das Florestas Estaduais Mogno, Rio Liberdade e Rio Gregório;

Regularização de Terras Indígenas (Funai e governo do Estado); criação do Instituto Estadual de Terras (Iteracre), entre outros [21].

Esse conjunto de iniciativas derivadas do ZEE explicita a dimensão da “influência em cadeia” promovida pelo PPG7 no Acre, que através do PGAI elaborou o ZEE, e o ZEE, por sua vez, foi referência para a maior parte das políticas públicas executadas no pós 1999 pelos governos da FPA, abrigadas sob o discurso do desenvolvimento sustentável.

É também do ZEE-AC, Fase I, volume III, intitulado “Indicativos para a Gestão Territorial”, que se originam as primeiras orientações técnicas para viabilizar a exploração madeireira para fins comerciais nas Resex. Dentre outros temas, é apresentado, com grande ênfase, os indicativos para a consolidação e expansão dessa atividade, bem como para a criação de novos espaços territoriais, dentre eles, novas Resex [22]. O documento classifica, ainda, as áreas protegidas do Estado por níveis de proibição com relação à exploração madeireira, apresentando as Resex e as Florestas Nacionais e Estaduais como “reservas de produção ou áreas de conservação e áreas de entorno” [22].

Ainda o mesmo indicativo de gestão prevê que nesses territórios a exploração madeireira pode ser realizada com restrições, via regime de “manejo sustentado”, desde que atenda as exigências das leis em vigor (o indicativo apontava para a necessidade da criação de instrumentos jurídicos que regulamentassem a atividade, ainda inexistentes naquele período) [22]. Essa orientação econômica, apresentada via ZEE, despertou críticas entre diversos segmentos sociais, com destaque para intelectuais e parte dos movimentos sociais, que não aspiravam a exploração madeireira nas Resex.

Na publicação do ZEE-AC, Fase II, seção relativa aos aspectos socioeconômicos, entre outros pontos, são apresentadas tendências e cenários para o setor florestal madeireiro, no período que compreende os anos de 2005 a 2015 (uma década), sendo enfatizado que a demanda por essa matéria prima mantinha crescimento anual que variava em torno de 12 a 16% [21]. Em caso de manutenção dessas taxas, foi prevista a necessidade de expansão em até 80% de planos de manejo [21]. Assim, foi sugerida a inserção da Resex Chico Mendes nas atividades de “manejo florestal comunitário madeireiro”<sup>v</sup>, predizendo que, caso isso não ocorresse, haveria grave déficit de áreas florestais nas Regionais do Baixo Acre e do Alto Acre [21].

O indicativo tem implicação direta na forma de uso do território da Resex Chico Mendes, na medida em que aponta essa área como de fundamental importância para o suprimento de matéria prima madeireira no Estado. Essa proposta efetivou-se na contramão do que almejavam os seringueiros, que se posicionaram contra a exploração madeireira para fins

comerciais na Resex e a favor de viver nesses territórios através da renda gerada com os produtos florestais não madeireiros.

Outro Programa do PPG7 que provocou mudanças na estrutura de gestão do território da Resex Chico Mendes (e de outras Resex da Amazônia), foi o Projeto Resex. Suas ações levaram à perda da autonomia dos seringueiros, materializada na retirada do sindicato da gestão de seus territórios, mediante a criação de associações de moradores [8] [11]. Estas, passaram a atuar supostamente na organização dos moradores da Resex, representando-os junto às instituições governamentais [11]. Ademais, promoveu-se a aniquilação dos planos de utilização, formulados pelos moradores das Resex através de ampla participação, que acabaram sendo descartados e reformulados nos moldes das diretrizes fixadas no escopo das políticas ambientais globais [8].

Com a aprovação da Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000, que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), a mudança na estrutura de gestão das Resex foi formalizada/concretizada, dada à exigência de que essas áreas fossem geridas por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração (Art. 18 § 2º) [23]. Como consequência, a esfera governamental passava a tomar as decisões sobre o território das Resex, extinguindo a ideia presente na proposta inicial de Resex, da autogestão e autonomia dos territórios.

Ainda através do Projeto Resex realizou-se o chamado “aperfeiçoamento” do conhecimento das populações residentes nas Resex, na áreas de melhoria do manejo e organização comunitária [11]. Ao buscar “capacitar” os moradores das Resex lhes é roubado “a possibilidade de auto-educar-se, formando-se sujeitos de transformação” [11]. Nesse sentido, o PPG7 atuou contrariando os saberes (conhecimentos tradicionais) por eles produzidos secularmente e transmitidos de geração a geração, educando-os para o consenso em torno do seu modo de trabalho na floresta, influenciando atitudes e ditando comportamentos considerados como sustentáveis.

Em que pese as evidências supramencionadas, o PPG7 estabeleceu as bases para um amplo movimento de reestruturação do capital na Amazônia e no Acre, pautado no acesso e na apropriação dos bens naturais desses territórios pelos grandes grupos de capital privado. O Programa foi um instrumento da disciplinarização do uso e exploração do espaço acreano e da Resex Chico Mendes, atuando na determinação e/ou condução de políticas públicas e adaptações jurídicas e institucionais, ocultadas sob a insígnia do desenvolvimento sustentável.

#### **4. POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE USO E GESTÃO DO TERRITÓRIO DA RESEX CHICO MENDES PELOS GOVERNOS DA FPA**

A partir de 1999, quando a FPA assumiu o comando do executivo estadual, o ideário do desenvolvimento sustentável ganhou maior ênfase nas propostas das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do território acreano em geral e da Resex Chico Mendes em particular. De acordo com o anunciado, a “nova” estrutura para o desenvolvimento teria por base uma economia florestal, por meio do manejo produtivo e sustentável da floresta [1] [2].

Assim, ainda nos primeiros treze dias do mês de janeiro de 1999, teve início a implementação de medidas que convergiam com o discurso do governo: promover o desenvolvimento do Estado através do seu principal ativo econômico: a floresta. Desse modo, foi aprovada a Lei Estadual n.º 1.277/1999, mais conhecida como “Lei Chico Mendes”, que instituiu a “concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre”, vinculados a associações ou cooperativas [24].

Tal ação favorecia diretamente os seringueiros, ao tempo em que apontava para o atendimento de uma de suas demandas, expressa na necessidade de implementar, em curto prazo, políticas de preços remuneradores para os principais produtos agroextrativistas, dentre eles, a borracha; visando a sustentação das suas permanências ou retorno à floresta [12].

Na mesma data (13 de janeiro de 1999) a Assembleia Legislativa do Acre aprovou a Lei Complementar n.º 63, que dispunha sobre a reorganização da Administração Pública [25]. Entre outras atribuições, ela autorizava a criação de uma Agência Estadual de Florestas e Extrativismo que, em tese, seria responsável pelo gerenciamento da economia florestal sustentável no Estado, a partir de políticas e programas voltados à dinamização e expansão deste setor [25]. Sob esse direcionamento foi criada a Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (Sefe), vinculada à Secretaria de Produção (Sepro).

Situada no contexto da “nova” proposta de desenvolvimento, a Resex Chico Mendes foi tomada como um *locus* especial para a realização de um conjunto de iniciativas abrigadas sobre o discurso do desenvolvimento sustentável. Inicialmente, as estratégias envolviam uma gama de produtos florestais não madeireiros como: açaí (*Euterpe precatoria* Mart.), pataúá (*Oenocarpus bataua*) copaíba (*Copaifera* spp.), andiroba (*Carapa guianensis*), buriti (*Mauritia flexuosa*), murmuru (*Astrocaryum murumuru*), pimenta longa (*Piper Hispidinesrvum*),

sementes nativas para confecção de artesanatos, entre outros; além dos tradicionais borracha e castanha-do-brasil.

Cabe aqui fazer um parêntese, para salientar que, os produtos florestais não madeireiros demandariam médio e ou/ longo prazo para consolidar-se como potenciais atividades econômicas, pois não contavam com estudos de viabilidade técnica e econômica e nem com base tecnológica para o desenvolvimento de novos produtos, o que, de certo, possibilitaria agregação de valor e entrada em distintos mercados. A exceção ficava por conta da castanha-do-brasil, que possuía notável desempenho de mercado (principalmente internacional), mas não tinha estabilidade de preço.

Essas afirmações estão claras nas entrelinhas das demandas apresentadas pelos seringueiros através do CNS, no eixo “políticas de médio e longo prazo”, onde estão elencadas as necessidades de diversificação dos produtos base da economia extrativista; identificação de novos produtos com potencial rentável; ampliação dos mercados nacionais e internacionais para esses produtos; agregação de valor aos produtos através de novas tecnologias, para citar alguns anseios [12].

Sob esse prisma, o foco das políticas governamentais na Resex Chico Mendes foi sendo direcionado para a utilização da matéria prima imediata, a madeira, que possuía mercado seguro e demanda crescente. Esse direcionamento econômico para o “desenvolvimento” foi construído externamente pelo grupo político dominante, o G7, por meio do PPG7, que “apontou a economia de mercado como a melhor maneira para conservar o meio ambiente<sup>vi</sup>” [14]. O reforço para esse direcionamento veio do ZEE, que indicou a Resex Chico Mendes como uma área potencialmente acessível para exploração madeireira. Traduzindo em termos práticos: a Resex Chico Mendes só vai ter viabilidade econômica, social e ambiental se seguir a opção de mercado. Qual é a opção de mercado? A venda da madeira, matéria prima imediata.

Desse modo, concomitante à implementação das iniciativas com produtos florestais não madeireiros, teve início um processo de adaptações no campo institucional e jurídico, que tinha como perspectiva habilitar a exploração madeireira para fins comerciais nas Resex (e em outras áreas de floresta que tivessem disponibilidade de madeiras com valor de mercado), além de dar suporte para o seu deslanche.

A primeira normativa criada para este fim, foi a Lei 1.426, de 27 de dezembro de 2001, subproduto do ZEE, amplamente noticiada como um marco para a normatização de políticas públicas ambientais estratégicas para o desenvolvimento do Acre, largamente propagado como

sustentável. Ela estabelece a concessão de florestas públicas para a exploração de madeiras por empresas privadas, mediante critérios vencidos por licitação.

É no Art. 21, § 4 da supramencionada Lei que está prevista a exploração comercial de recursos madeireiros em “bases sustentáveis” nessas UCs [26]. O Art. 36, Incisos I e II, desse instrumento legal estabelece que a exploração ou aproveitamento dos recursos florestais madeireiros contidos nas Resex poderão ocorrer tanto pelos beneficiários radicados nessas U.C.s, organizados em cooperativas ou outras formas associativas, como também com participação do setor privado (outras pessoas jurídicas) [26]. Visando atender a esse indicativo, foi criada a Cooperativa dos Produtores Agroflorestais Comunitários (Cooperfloresta), no ano de 2005, com apoio do governo do Estado.

A propósito, essas medidas jurídicas se inscrevem no marco do que Paula [8] denomina de mercantilização da natureza, ou seja, apropriação dos recursos naturais e sua conversão em mercadoria, neste caso, das florestas acreanas e dos seus recursos, em benefício dos diversos interesses dos grandes grupos de capital privado. Para Paula [8], elas convertem as Resex e outras U.C.s de uso direto em bens de uso privado para o capital, mantendo aparência de “público” referenciado na lógica do desenvolvimento sustentável. Assim, o território das Resex vai seguindo os imperativos do capital.

A tomada de decisão do governo, quanto ao uso do território das Resex, vai na contramão da demanda apresentada pelos seringueiros através das suas organizações representativas: não inserção da exploração madeireira para fins comerciais nessas áreas. Apesar de contrariar as aspirações dessa categoria de populações tradicionais, essa “proposta”, ajustada sob a face da sustentabilidade e a nomenclatura de “manejo florestal comunitário madeireiro”, foi sendo progressivamente incentivada e priorizada no território da Resex Chico Mendes (seguindo as diretrizes apontadas pelo PPG7 e pelo ZEE).

O Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, revisado em 2006 e aprovado pela Portaria ICMBio n.º 60, de 28 de agosto de 2008, também ocupa um lugar no rol dos documentos de legalização do “manejo madeireiro”. O “ajuste” para permissão da atividade de exploração comercial de recursos madeireiros nesta U.C. consta nos seus artigos 26 e 27 [27].

O processo de implementação do “manejo madeireiro” na Resex Chico Mendes fluiu ancorado no discurso oficial de que ele era uma alternativa de renda para as populações residentes na Resex Chico Mendes, que contribuía para conter o avanço do desmatamento e da pecuária [28]. Mesmo assim, houve rejeição da proposta por uma parcela significativa de seringueiros (lembrando que ela era o oposto do que eles aspiravam) [28]. Visando a construção



de um consenso, o governo intensificou uma campanha de marketing nas florestas e cidades acreanas, através das emissoras de rádio e televisão, apresentando essa política governamental como a concretização do legado de Chico Mendes e, portanto, uma conquista para os seringueiros [28]. Desse modo, a imagem de Chico Mendes foi sendo apropriada para legitimar essa nova fase de espoliação no Acre [29].

Para além desse aparato midiático e ideológico, o governo cooptou antigas lideranças comunitárias e sindicais, nomeando-as para ocupar cargos comissionados na esfera governamental [7] [28]. Esses líderes, imbuídos na condição de aliados, passavam a atuar como interlocutores entre os órgãos governamentais e os moradores da Resex, reproduzindo um discurso que tinha como fundo original a busca do consenso em torno da aceitação do “manejo madeireiro” [28]. Propositamente, a estratégia de nomeação para cargos comissionados provocou a desarticulação/desmobilização da sociedade civil e, em especial, da organização sindical e seringueira, através da “saída de cena” das suas lideranças [7].

Não por acaso, o governo conduziu o movimento de inserção dos seringueiros na política do “manejo madeireiro”, através do afinado discurso da efetiva participação da sociedade civil nas políticas públicas. A intenção era transparecer que a proposta do “manejo madeireiro” estava sendo construída e executada de forma conjunta, e tinha alinhamento/relação com os anseios/demandas dos seringueiros e sonhos de Chico Mendes. Na sua essência, ela seguia as diretrizes gerais de uso do território da Resex Chico Mendes impostas pelos seus financiadores (Bird, BID, KfW, entre outros).

Uma parte significativa dos investimentos governamentais voltados a viabilizar a exploração madeireira na Resex Chico Mendes (e em outras florestas acreanas) foram efetivados por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre PDSA, Fases I (2002 a 2010) e II (2013 a 2018), financiado pelo BID. O PDSA era um subproduto do ZEE, tido como o “carro chefe” ou “programa modelo” das políticas dos governos da FPA.

Os investimentos direcionados para a exploração madeireira privada nas florestas públicas estiveram presentes nas duas fases do Programa, sendo que na última aparece, de forma mais ampliada e explícita, através do componente “Expansão e Consolidação de Áreas Protegidas e Florestais Comunitárias para Uso Sustentável”.

Fizeram parte das metas do PDSA, Fases I e II: implantação de infraestrutura para o transporte da madeira (construção e manutenção de ramais); formulação e implantação de planos de manejo florestal comunitário e de inventários florestais, criação do arcabouço regulatório para as concessões florestais; aquisição de materiais, insumos e equipamentos para

extração, armazenamento, processamento, beneficiamento e transporte da madeira; contratação de serviços de apoio técnico, administrativo, operacional e logístico, estratégias para atração de investidores privados, para citar os investimentos de maior relevância para esta pesquisa [30] [31].

Uma análise detalhada da Fase I do PDSA foi realizada por Souza [32], onde abordou desde os requisitos contratuais para o financiamento, até a avaliação dos resultados preliminares, inferindo que o Programa havia sido elaborado pelos técnicos do BID e, portanto, a formulação da política de desenvolvimento nele contido era de autoria do mesmo Banco. Tal constatação foi baseada na visível semelhança entre os textos dos documentos que conferiam oficialidade ao Programa: a Proposta de Empréstimo<sup>vii</sup> (Propuesta de Préstamo) e o Contrato de Empréstimo (e seu anexo A), ambos produzidos pelo BID [32].

Nos dizeres de Souza [32] (p. 8), “não há como falar que o programa traz algumas condicionalidades do BID, senão que sua elaboração já implica no aceite prévio das condicionalidades que regem tais acordos”. A afirmação torna claro o fato de que o Estado perdeu a capacidade de formular as suas próprias políticas, na medida em que passou a executar e chancelar as políticas ditadas e elaboradas por instituições internacionais a serviço do capital privado, neste caso, o BID.

Em que pese a importância do debate sobre as ações governamentais direcionadas para colocar a madeira da Resex Chico Mendes à disposição do capital privado e do mercado externo, é imprescindível destacar a construção da indústria madeireira em Xapuri, denominada Complexo Industrial Florestal de Xapuri (Ciflox). Esse empreendimento estatal foi construído com recursos provenientes do BNDES (financiamento reembolsável), sendo inaugurado em dezembro de 2006, com a finalidade anunciada de “fabricar pisos maciços e deques de madeira para exportação” [2].

A previsão governamental é que o abastecimento do Complexo tivesse como principal fonte de matéria prima, a madeira oriunda dos planos de manejo da Resex Chico Mendes [33]. O “complemento” viria de outras áreas de populações tradicionais, como os Projetos de Assentamento e as Florestas Públicas, dentre elas, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, antigo Seringal Cachoeira, popularmente conhecido como PAE Cachoeira [33]. De modo implícito, tratava-se de um empreendimento projetado para deslanchar o mecanismo de concessão de florestas públicas.

Esse empreendimento, gerido em “parceria” com a iniciativa privada (grandes madeiras), era alardeado mundo afora como uma exitosa experiência de política ambiental

implementada no Acre. De modo frequente, a página do site de notícias do governo, Agência de Notícias do Acre, divulgava matérias com previsões otimistas em relação à expansão das interligadas ações do Complexo e da política do “manejo madeireiro”. Ao mesmo tempo, destacava que as populações residentes na Resex Chico Mendes e em outras áreas de florestas públicas e Projetos de Assentamento estavam sendo beneficiadas através da venda da “madeira manejada” processada no Ciflox. Abaixo, alguns trechos de reportagens:

A matéria-prima utilizada no Complexo é totalmente manejada, proveniente da Reserva Extrativista Chico Mendes, da Floresta Pública Estadual do Antimary e Planos de Manejos Privados. [...]. **Atualmente, mais de 600 famílias em todo o estado estão sendo beneficiadas com Planos de Manejo em suas áreas.** [...]. “Agora, são mais de 600, mas pretendemos ampliar para mais famílias. “Isso, além de gerar emprego e renda para quem mora na floresta, garante o abastecimento para diversas empresas do estado, que necessitam da madeira como matéria-prima para trabalhar, como é o caso do nosso Complexo Florestal de Xapuri”, garantiu o secretário da Sedens, Edvaldo Magalhães. [33] grifo nosso.

**Beneficiando 170 famílias em toda a Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes,** a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta) assinou na tarde desta segunda-feira, 4, contrato para manejo madeireiro sustentável com o **Complexo Industrial Florestal de Xapuri.** [...]. **Após as famílias e associações aprovarem o manejo florestal em assembleia e por unanimidade** no último sábado, a Cooperfloresta vai entregar para o Complexo Industrial cerca de 14 mil metros cúbicos de madeira inicialmente, podendo se estender para outras parcerias. **Só essa transação pretende movimentar R\$ 3 milhões para as comunidades.** [34] grifo nosso.

Com os grifos acima podemos perceber pelo menos duas situações: a primeira, diz respeito à intenção do governo de fazer crer que as populações residentes na Resex Chico Mendes (e em outras florestas e projetos de assentamento acreanos) vinham sendo expressivamente beneficiadas com a venda da madeira para o Ciflox (grifos 1, 2 e 4); a segunda, intencionava demonstrar que a exploração florestal na Resex Chico Mendes contava com o unânime aval das comunidades envolvidas (grifo 3).

Embora as declarações realizadas pelo governo manifestassem que as ações do “manejo madeireiro” em conjunto com o Ciflox, eram executadas, especialmente, para garantir benefícios econômicos para as populações residentes na Resex Chico Mendes (e em outras florestas), há evidências de que elas integram um conjunto que transforma as florestas do Acre em mercadoria, colocando-as a serviço das grandes madeireiras e do mercado internacional.

A mais expressiva demonstração dessa afirmação é a desigualdade entre o ganho dos donos desse território (seringueiros) e o da indústria madeireira, o Ciflox.<sup>viii</sup> Nas explorações

realizadas na Resex Chico Mendes, nos anos de 2014 e 2018, os seringueiros receberam da Cooperfloresta o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por metro cúbico de madeira extraída nas suas áreas [35]. A Cooperfloresta, por sua vez, repassou ao Ciflox por um valor quatro vezes maior, qual seja, R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) o metro cúbico [35]. O Ciflox processou essa matéria prima e vendeu quase que exclusivamente para o comércio exterior [36], por valores não declarados publicamente. Vale mencionar que no período supracitado (2014 a 2018), o preço das madeiras para exportação (primeira linha) variaram entre R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a 10.000,00 (dez mil reais) por metro cúbico<sup>ix</sup>.

Uma pequena parte da madeira processada no Ciflox (segunda e terceira linha) foi comercializada no mercado local e nacional. O trecho abaixo reproduzido, publicado em jornal local, consubstancia essa informação, ao mesmo tempo em que demonstra que não há qualquer interesse por parte do Ciflox de vender a madeira no comércio local ou nacional. Tal fato, se constitui uma evidência de que há compensação financeira na venda para o comércio internacional.

**Europa é o maior destino da madeira extraída dos Planos de Manejo Florestal de Xapuri**

O Complexo Industrial Florestal de Xapuri (CIFLOX), [...] está funcionando a pleno vapor. [...]. **A maior parte das exportações tem como destino a Europa, depois China e Estados Unidos. Pouco do que o CIFLOX produz fica no Brasil onde, segundo a empresa, a comercialização da madeira processada não encontra a mesma rentabilidade do mercado externo, por conta da política tributária.** É nesse ponto que nasce um questionamento da população de Xapuri e região direcionado aos planos de manejo e ao próprio complexo industrial: o consumidor local não consegue ter acesso à madeira de qualidade com origem legal. No município já não existem mais serrarias e **o Complexo Industrial Florestal possui uma quase exclusiva política de exportação de seu produto. O que é destinado ao comércio local é, basicamente, o que não é aproveitado na fabricação dos decks. [...] o gerente do CIFLOX, Renato Agostinho Costa, enfatizou que a indústria está voltada para a exportação de sua produção e que não é vantajoso para o empreendimento cerrar madeira para o mercado local.** Ele afirmou, no entanto, que para quem procura a empresa em busca de madeira há a disponibilidade de um material que é comercializado com os consumidores locais. **Quanto ao tipo, a qualidade e o preço dessa madeira é atributo exclusivo da direção do CIFLOX definir o que é oferecido.** Ou seja, não é possível que uma pessoa da região, seja física ou jurídica, ofereça uma demanda de consumo à indústria madeireira. “Nós temos atendido algumas pessoas que têm nos procurado em busca da madeira que nós temos disponível. E temos negociado uma certa quantidade desse material que, basicamente, são ripas, ripões e similares. **Mas nós queremos esclarecer que não temos condição de parar nossa linha de produção para serrar uma cerejeira ou outra madeira para um morador. Isso aqui é um negócio que precisa corresponder aos investimentos que foram feitos**”, justificou [36] (grifo nosso).

Como se percebe, ao contrário do que foi anunciado na propaganda governamental, não há indícios de que a política do “manejo madeireiro” tenha provido benefícios econômicos

relevantes para os verdadeiros donos do território (seringueiros) ou mesmo para a população e comércio local, que perecem com a indisponibilidade de madeiras “legalizadas”. Na sua essência, os reais beneficiários da política do “manejo madeireiro” na Resex Chico Mendes são os grandes grupos de capital privado.

Retomando o assunto sobre as adaptações promovidas pelos governos da FPA para o “decolar” da exploração de madeira na Resex Chico Mendes (e em outros territórios de populações tradicionais), cabe mencionar as diversas mudanças realizadas na estrutura administrativa do Estado. Estas, envolveram, entre outras ações, a criação e/ou reconfiguração de órgãos gestores da política pública florestal estadual, dos quais merece destaque: a criação de uma nova secretaria, a Secretaria de Estado de Floresta (SEF), no ano de 2002, e a consequente extinção da Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (Sefe). Esta última foi o órgão encarregado de conduzir as ações de apoio ao extrativismo nos três primeiros anos do mandato da FPA.

Apesar de carregar no próprio nome o indicativo de que seria responsável pela política estadual de florestas, não herdou da Sefe a atribuição das ações de apoio ao extrativismo não madeireiro, que passaram a ser de competência da Secretaria de Estado de Extrativismo e Produção Familiar (Seprof), agregadas à temática da produção familiar [37]. À nova Secretaria, SEF, coube atuar, de modo mais específico e efetivo na gestão da produção madeireira: concessão florestal, execução do plano de manejo das UCs, promoção da certificação florestal, para citar as atribuições de maior destaque [37]. Na estrutura organizacional deste órgão, era o Departamento de Florestas Públicas o principal encarregado dessas ações [37].

No ano de 2012, durante a gestão do então governador Sebastião Viana, foi efetuada uma nova reconfiguração na estrutura “do órgão responsável pela floresta”. A SEF foi extinta, dando vez à Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens) [37]. Esta Secretaria resultou da fusão de duas outras, quais sejam: Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) e SEF; e nela foram concentradas todas as ações referentes ao “manejo florestal” do Estado do Acre [37].

As adaptações para a implementação/efetivação do “manejo florestal comunitário madeireiro” também incluíram medidas que envolveram a formação técnica de profissionais para atuar na área. Estas ações ocorreram no âmbito de órgãos governamentais, a exemplo da Universidade Federal do Acre (Ufac) e o Instituto Dom Moacyr, e não governamentais, como as ONGs.

Na Ufac, foi criado o curso de Engenharia Florestal nos campus de Rio Branco (ano 2000) e Cruzeiro do Sul (ano de 2006), com apoio do Estado. Ofertando 130 vagas nos dois campi, era a graduação de maior oferta. Ainda nessa instituição de ensino, houve docentes da área de Engenharia Florestal que se dedicaram a atuar nos estudos científicos para aperfeiçoamento do “manejo florestal comunitário madeireiro”, na defesa dessa atividade e da sua implementação por populações tradicionais (incluindo a Resex Chico Mendes)<sup>x</sup>.

Visando o aperfeiçoamento para o trabalho na área florestal, foi criado o Programa de Residência Florestal, em 2006, através de uma “rede de parcerias público-privada” entre a Ufac, Governo do Acre, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), SOS Amazônia e WWF-Brasil [38]. A Fundação Moore, dos Estados Unidos, financiou a compra de equipamentos e o pagamento das bolsas para os residentes, que eram engenheiros florestais recém-formados [38]. A diversidade de “parceiros” já é um indício dos interesses díspares que circundam esse processo.

Através do Instituto Dom Moacyr e mediação do Centro de Educação Profissional Escola da Floresta Roberval Cardoso (Escola da Floresta), o governo do Acre ofertou o curso Técnico Florestal. O público alvo dessa ação constituiu-se pessoas oriundas de comunidades rurais e florestais de diversos municípios do Estado. Soma-se a esses investimentos de formação/qualificação/aperfeiçoamento as diversas pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Acre (Embrapa Acre), que tinham como foco o aprimoramento do “manejo florestal sustentável”<sup>xi</sup>.

Esse conjunto de adaptações/estratégias operadas na esfera estadual durante os cinco mandatos consecutivos da FPA, em “parceria” com outras instituições governamentais e não governamentais, legalizaram um novo ciclo de apropriação e exploração das florestas acreanas pelo capital privado, acobertado na falácia do desenvolvimento sustentável.

Sob os auspícios dessa falácia e de uma suposta concretização dos sonhos de Chico Mendes, os seringueiros moradores da Resex Chico Mendes foram direcionados a executar uma proposta antagônica à sua, qual seja, a exploração de madeiras no seu território. Essa proposta representou um golpe profundo no processo de lutas e resistências às quais eles foram protagonistas nas décadas de 1970 e 1980, firmadas na expectativa de viver em melhores condições de vida nas Resex, através da renda obtida com a diversificação da produção extrativista não madeireira.

## 5. A PRODUÇÃO FLORESTAL NÃO MADEIREIRA NA RESEX CHICO MENDES

Como mencionado anteriormente, as ações de fomento à produção florestal não madeireira (diversificação, beneficiamento e agregação de valor aos produtos) eram quesitos essenciais demandados pelas populações tradicionais para que a proposta de Resex alcançasse viabilidade. Entretanto, no rol das políticas públicas desenvolvidas pelos governos da FPA na Resex Chico Mendes, essas perspectivas foram, paulatinamente, ocupando posição secundária. Primária, elas cumpriram nas infinitas propagandas oficiais e não oficiais, sejam elas de alcance local ou internacional. Como mostrado na seção anterior, a prioridade do uso do território da Resex Chico Mendes foi para a exploração madeireira.

Nas diversas divulgações na mídia, era enfatizado que essas políticas tinham por orientação as premissas do “desenvolvimento sustentável”, os sonhos de Chico Mendes e as demandas das populações tradicionais que, historicamente tinham o extrativismo como vocação [1] [2]. Nestas circunstâncias, cada nova medida anunciada pelo governo era recebida com muita expectativa e entusiasmo pela sociedade civil e política, pois se apresentava como uma concreta oportunidade de proporcionar a tão sonhada mudança nos níveis de renda e condições de vida dos seringueiros moradores da Resex Chico Mendes.

Grande parte das iniciativas com produtos florestais não madeireiros contaram com aporte de recursos oriundos do governo federal e de operações financeiras realizadas com organismos multilaterais de crédito nacionais e internacionais, e ONGs nacionais e internacionais [1]. Algumas delas foram incentivadas pelos países imperialistas, com o implícito propósito de garantir recursos naturais/insumos para a indústria da biotecnologia (farmacêutica, química, cosmética, entre outras) e áreas de reserva para uso futuro, conforme seu interesse [39].

Fazem parte desse histórico, as iniciativas desenvolvidas, principalmente, por ONGs (nacionais e internacionais) e instituições de pesquisa, envolvendo a exploração de sementes nativas, óleos vegetais e plantas medicinais, além dos diversos cursos de capacitação oferecidos aos seringueiros/extrativistas na temática de preservação dos recursos naturais [39]. Registre-se mais uma vez a situação de dependência do Estado aos recursos financeiros internacionais, bem como a perda da capacidade de formular as suas próprias políticas; fatores que acabaram conduzindo-o a seguir as imposições e direcionamentos externos dos financiadores das ações.

De modo sucinto, relataremos algumas iniciativas que alcançaram maior repercussão no rol das políticas de produtos florestais não madeireiros implementadas pelos governos da FPA,

ainda que não tenham logrado o êxito propagado. A primeira foi a já citada Lei Chico Mendes. Essa medida alavancou a produção da borracha natural bruta no Estado durante os primeiros anos da sua implantação, mas a partir do ano de 2007, começou a apresentar sinais de declínio. Nos anos subsequentes teve queda intensificada, conforme pode ser constatado na tabela seguinte:

**TABELA 1 - PRODUÇÃO DE BORRACHA BRUTA SUBSIDIADA NO ESTADO DO ACRE, DURANTE OS ANOS DE 1999 A 2014**

Ano	Quantidade produzida (Ton.)
1999	1.252.000
2000	1.398.922
2001	2.408.591
2002	2.014.341
2003	2.088.462
2004	2.367.429
2005	2.351.358
2006	1.871.225
2007	1.672.122
2008	1.090.877
2009	928.246
2010	876.071
2011	793.722
2012	756.432
2013	576.328
2014	526.918

Fonte: Organizado do documento “Acre em Números”.  
[40] [41] [42] [43] [44].

A acentuada queda da produção de borracha evidencia que o subsídio/subvenção não foi capaz de manter no médio e longo prazo a estabilidade no setor produtivo. Silva [45] atribui o declínio a pelo menos quatro fatores: a) envelhecimento do seringueiro; b) migração dos filhos para a cidade (a maioria não tem interesse por praticar o extrativismo); c) fechamento da fábrica de beneficiamento de borracha no município de Brasileia; e d) aumento da fiscalização sobre a entrega de borracha por parte dos órgãos governamentais, reduzindo o dolo praticado na venda por alguns produtores. Não se pode aqui descartar essas possibilidades, por não dispor de análises específicas para o caso.

Outra política de produtos florestais não madeireiros que alcançou grande notoriedade nos governos da FPA foi a Fábrica de Preservativos Masculinos Natex, localizada em Xapuri. Esse empreendimento, inaugurado no ano de 2008, se constituiu em um dos mais relevantes instrumentos político e ideológico do Estado, no tocante às políticas de produtos florestais não



madeireiros, sendo utilizado para fortalecer o discurso do “desenvolvimento sustentável” e manter sob o controle do Estado o território da Resex e seus moradores.

A estatal foi construída através de uma parceria firmada entre o governo do Acre e o Governo Federal, com missão declarada de viabilizar a economia extrativista do látex nativo, através da produção de preservativos e agregação de valor ao produto dentro do Estado do Acre, elevando a qualidade de vida dos povos da floresta [1] [46]. Administrada pela Funtac, foi inaugurada sob os holofotes de ser “a única no mundo a utilizar látex de seringal nativo, extraído da espécie *Hevea brasiliensis*, popularmente conhecida como Seringueira” [1]. Sua produção anual, estimada em 100 milhões de preservativos, era vendida integralmente para o Ministério da Saúde [1].

De acordo com Ponte [47], a intenção do Estado era realizar os investimentos iniciais do empreendimento (infraestrutura, equipamentos etc.) para, em seguida, repassá-lo à iniciativa privada. Entretanto, os altos custos operacionais da Natex, incluindo logística de transporte, valor da matéria prima e salários dos funcionários, somados à reduzida capacidade produtiva, ofereceram pouca atratividade para as empresas privadas, firmadas na lógica capitalista de redução de gastos e aumento de lucros [47].

Nos primeiros anos de funcionamento da Natex, foi declarado oficialmente que a matéria prima (látex) utilizada na fabricação dos preservativos masculinos provinha de 30 seringais da Resex Chico Mendes e dos Projetos de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e Equador, localizados no entorno da fábrica [1] [47]. Ainda de acordo com o anunciado, 700 famílias extrativistas estariam envolvidas nessa atividade [1]. Esses números divergem das informações coletadas por Ponte [47], durante entrevista com o superintendente da Cooperacre, em 2011, onde o mesmo informou que havia 300 famílias fornecendo o látex para a fábrica, ou seja, menos da metade do anunciado pelo governo. De acordo com o último censo realizado na Resex Chico Mendes no ano de 2009, havia 1800 famílias residindo no local.

Foi confrontando essas informações que Ponte [47] inferiu que a Natex não respondia, em sua íntegra, ao objetivo social a que se propunha, qual seja, melhorar a vida das famílias seringueiras da Resex Chico Mendes, pois abrangia um número reduzido delas. Ademais, essa política de governo não alcançava o interior das florestas, que são locais mais carentes de políticas públicas, mas que não possuíam (e nem possuem) ramais trafegáveis, o que impedia (e impede) o escoamento da produção [47].

Alguns dos seringais que faziam parte desse projeto também possuíam trechos de difícil acesso, fator que dificultava o escoamento da produção. Essa realidade contribuiu para a

desmotivação dos seringueiros e ocasionou um decréscimo no quantitativo da matéria prima produzida nos seringais nativos.

Numa tentativa de garantir o mínimo de látex nativo para abastecer a fábrica, manter o empreendimento de “portas abertas” e continuar defendendo a ideia do suposto sucesso desse projeto, o então governador Tião Viana, tomou uma série de medidas sequenciadas. A primeira, foi triplicar o valor da subvenção econômica paga pela extração do látex no ano de 2011, passando de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) para R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) por quilo (Decreto n.º 2.354 de 03 de agosto de 2011, revogado pelo Decreto n.º 7.662 de 02 de junho de 2014). A Natex pagava mais R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), totalizando R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos) [28] [47].

A estratégia entusiasmou por certo tempo uma parcela dos seringueiros moradores da Resex Chico Mendes [28], mas não logrou o êxito de manter a Natex integralmente abastecida com matéria prima de seringais nativos. Assim, o governo recorreu ao látex dos seringais de cultivo, que era de fácil acesso e menos oneroso (o processo beneficiou os grandes grupos de capital privado, donos dos seringais de cultivo).

No ano de 2016, em meio a uma série de reportagens que anunciavam problemas enfrentados pela estatal (falta de matéria prima e atraso no pagamento dos salários dos funcionários e seringueiros que forneciam o produto), Tião Viana tentou realizar a sua privatização através da Lei nº 3.147, de 26 de julho de 2016, mas não houve interessados. A situação se agravou no ano seguinte, quando o Ministério da Saúde firmou contrato para compra de apenas 41 milhões de unidades de preservativos masculinos, em contraposição aos 100 milhões vendidos nos anos anteriores.

Vale mencionar que este órgão pagava por cada preservativo masculino um valor menor (R\$ 0,14 centavos) do que o custo de produção (0,18 centavos por unidade) e o Estado realizava a complementação do montante. Havia ainda outro fator crucial: os preservativos importados da Tailândia e Índia custavam em torno de R\$ 0,07 centavos, o que conferia a viabilidade da importação do insumo [47].

Seguindo esse percurso, em junho de 2018 a Natex foi à falência, demitiu os funcionários e interrompeu sua produção. Visando reverter a situação e manter o discurso do suposto êxito do empreendimento, o controle sobre o território das Resex e sobre os seus moradores, Tião Viana manifestou mais uma vez a intenção de privatizar a fábrica. Para isso, “fez aprovar” a Lei n.º 3.412, de 14 de novembro de 2018, que incorporava a Natex à Agência de Negócios do Estado do Acre (Anac).

Ainda no final de 2018 a Natex foi privatizada, sendo repassada para a “Indústria de Produtos de Látex da Amazônia S.A.”, sob o regime de uma suposta “parceria público-privada”. Sob gestão da iniciativa privada, a difundida missão da Natex, que consistia em viabilizar a economia extrativista do látex nativo e aumentar a renda dos seringueiros que vivem da extração desse produto, mergulhou no campo do esquecimento. A nova meta da indústria era voltada para a perspectiva da lógica capitalista, de otimizar processos, para diminuir despesas e garantir lucros, conforme declaração do seu presidente, Emerson Feitosa da Silva, veiculada no site governamental Notícias do Acre, no dia 26 de novembro de 2019. Para ele, um dos desafios do empreendimento consistia em:

[...] “colocar a indústria em um sistema voltado para a obtenção de lucro financeiro. Para isso, o empreendimento precisou passar por uma verdadeira reforma nos seus processos de gerenciamento. O resultado foi uma impressionante redução nos custos de funcionamento da indústria com relação ao que era praticado na gestão estatal. Só para se ter um exemplo da diferença, há alguns anos a Natex tinha uma despesa mensal de R\$ 6 mil com serviços de internet e telefonia, despesa que hoje caiu para R\$ 400 por meio da contratação de uma empresa local. Essa mudança também ocorreu com os processos de compra de insumos para o funcionamento da fábrica e de contratação de serviços de manutenção, alimentação e outros mais. [...] Outra vertente da nova gestão da Natex é o lançamento da linha comercial da empresa. [...] O plano de negócios já está pronto e várias empresas da região já sinalizaram com o desejo de introduzir a marca no mercado. [48].

Decerto, diferentemente do período anterior em que a estatal seguiu ancorada na ideia-força do desenvolvimento sustentável (ainda que não tenha logrado o êxito propagado) e, sob esse ponto de vista, acabou cumprindo um importante papel ideológico e político nos governos da FPA, a nova gestão não escondeu que as atuais estratégias estão voltadas ao fator econômico. Por sua vez, vale anotar que, apesar da nova meta ter sido explicitamente declarada, a indústria continua semeando o fetiche de ser um instrumento empresarial a serviço da conservação da biodiversidade e da sustentabilidade das populações tradicionais.

Outro produto que figurou como de grande relevância para os moradores da Resex Chico Mendes (e para outros extrativistas do Estado) foi a castanha-do-brasil; logo enquadrada por Rêgo (1999) na proposta do “neoextrativismo”<sup>xii</sup> [49]. Sob essas bases, ainda na primeira metade dos anos de 2000, foram construídas duas usinas para o beneficiamento deste produto, nos municípios de Xapuri e Brasileia, com recursos da Suframa e do BNDES. Por motivos que incluem fatores de ordem organizacional e financeira, ambas foram repassadas, por concessão, para a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre),

nos anos de 2006 (Brasileia) e 2007 (Xapuri). Esta, foi fundada em 2001, com o total apoio do governo.

Ainda como parte do bojo dos investimentos do “fomento” à cadeia produtiva da castanha-do-brasil, foram construídos dezenas de armazéns comunitários em diversos seringais da Resex Chico Mendes, com recursos do BID, BNDES, Fundo Amazônia, dentre outros, sendo a maioria deles, localizados na sede da associação comunitária [50]. O objetivo anunciado dessa ação era a estocagem da produção, melhoria da qualidade da castanha-do-brasil e possibilidade de negociação em momentos distintos da safra [50]. Apesar de ser alardeado como uma relevante iniciativa, é importante mencionar que a maior parte dos moradores da Resex vendem a produção (quase sempre para a Cooperacre) antes mesmo da colheita.

É inegável que, mesmo com todos os percalços, a castanha-do-brasil ocupa posição de destaque no comércio dos produtos extrativistas não madeireiros. Entretanto, ela sofre oscilações no mercado e no valor, o que acaba desestimulando os extrativistas e não se consolidando como uma atividade que garanta uma vida digna às famílias da floresta. Acresce a esses fatores, que a sua produção é por safra, geralmente entre os meses de dezembro a março, o que limita a renda no restante do ano. A tabela abaixo fornece dados que, cruzados (ano, quantidade produzida e valor da produção), corroboram para uma melhor compreensão das oscilações.

**TABELA 2 - QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NO ESTADO DO ACRE, DURANTE OS ANOS DE 2000 A 2018**

Ano	Castanha-do-brasil	
	Quantidade produzida (Ton.)	Valor da produção (Mil Reais)
2000	8.247	3.141
2001	5.924	1.888
2002	6.674	2.888
2003	5.661	2.354
2004	5.859	4.940
2005	11.142	15.376
2006	10.217	12.254
2007	10.378	12.142
2008	11.521	9.281
2009	10.313	8.475
2010	12.362	14.083
2011	14.035	19.329

2012	14.088	23.792
2013	13.599	22.671
2014	13.684	27.392
2015	14.038	39.285
2016	8.742	31.813
2017	4.790	26.624
2018	7.681	35.102

Fonte: Organizado do Portal “Observatório Fieac” (2021).

Cruzando os dados dos anos de 2001, 2003 e 2004; 2005 e 2008; 2007 e 2009; 2011, 2012 e 2015; 2013 e 2014, constata-se que as quantidades produzidas de castanha-do-brasil foram semelhantes, mas os valores obtidos com a produção são diferentes; comprovando o quão volátil é o preço do produto no mercado.

Há ainda que se mencionar a desigual distribuição de castanheiras na Resex Chico Mendes, que em alguns locais são encontradas em grande quantidade, enquanto que em outros, em número bastante reduzido. Para se ter noção, existem famílias que coletam até 600 latas (a lata é uma medida utilizada para venda de castanha-do-brasil, em geral de 18 litros) do produto anualmente, enquanto outras recolhem apenas 20. Destaque-se também as famílias que não se interessam pela atividade de coleta, por motivo do insignificante número de castanheiras nas colocações onde residem. Soma-se a esse cenário as áreas que não possuem castanhais.

Outros produtos florestais não madeireiros - o açaí, o murmuru, a copaíba, a andiroba, o buriti, a seringueira (*Hevea brasiliensis L.*) e a castanha-do-brasil - foram alvo de inúmeras pesquisas desenvolvidas por instituições como a Funtac e a Embrapa Acre [1]. Uma parte significativa das ações contou com o apoio<sup>xiii</sup> técnico e financeiro de instituições nacionais e internacionais, além de ONGs ambientalistas [1].

De modo geral, sem descrever por instituição, o objetivo anunciado das pesquisas era o desenvolvimento de novos fitocosméticos e fitoterápicos com base em espécies locais; valorização e conservação da floresta; melhoramento genético de plantas nativas; análise de controle de qualidade de oleaginosas e de látex; capacitação de comunitários nas áreas de boas práticas de coleta, armazenamento e extração de óleos vegetais e castanha-do-brasil, além de produção de fitocosméticos, fitoterápicos e remédios caseiros [1].

Cabe salientar que apesar dos distintos apoios recebidos por essas instituições, não há registro de qualquer produto, derivado de tais iniciativas, que tenha gerado patente nesses últimos 20 anos (1999-2018). A constatação foi feita com base em consulta realizada no site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Como mencionado anteriormente, algumas iniciativas/pesquisas com produtos florestais não madeireiros foram incentivadas e financiadas pelos países imperialistas,

interessados em garantir recursos naturais/insumos para a indústria da biotecnologia (farmacêutica, química, cosmética, entre outras), além de áreas de reserva para uso futuro, conforme seu interesse [39]. As grandes ONGs ambientalistas se constituíram as principais agentes desses processos, “seja através de atuação direta desenvolvendo projetos, ou via financiamento de instituições para elaborarem projetos de seu interesse” [39] (p.186).

A partir dessas observações, surgem alguns questionamentos: O que explica as dificuldades dessas instituições de pesquisa lograrem êxito na obtenção de produtos inovadores, que gerem patentes, apesar de, declaradamente, haverem recebido tantos apoios? Insuficiência técnica ou fatores de ordem política e econômica? Ao que tudo indica, a resposta deleita raízes na segunda opção e envolve as grandes corporações transnacionais que monopolizam o bilionário mercado de fitocosméticos e fitoterápicos, não permitindo que outros produtos brasileiros nele se insiram.

Saindo do campo das pesquisas e adentrando nos dados estatísticos divulgados pelo IBGE, na seção de Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (Pevs), registra-se que entre os produtos supracitados (açai, copaíba, andiroba, buriti e murmuru), alvo das inúmeras pesquisas e dos anunciados investimentos governamentais, apenas o açai apresentou crescimento na quantidade produzida e no valor da produção, comparando um intervalo de tempo que compreende os anos de 1999 a 2018.

**TABELA 3 - QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO ESTADO DO ACRE, DURANTE OS ANOS DE 1999 A 2018**

Ano	Açaí	
	Quantidade produzida (Ton.)	Valor da produção (Mil Reais)
1999	400	40
2000	431	59
2001	541	94
2002	807	229
2003	783	466
2004	741	280
2005	907	352
2006	961	393
2007	1.459	667
2008	1.537	745
2009	1.659	914
2010	1.674	924
2011	1.701	1.256
2012	1.620	1.392
2013	3.050	2.792
2014	4.020	4.267
2015	5.454	7.086
2016	4.459	5.568
2017	4.665	5.333
2018	4549	5.160

Fonte: I Organizado do Censo IBGE/Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (1999/2018).

O aumento na produção do açaí está relacionado ao crescimento da demanda no mercado nacional e internacional, motivado por estudos que apontam que o fruto tem alto poder antioxidante, com benefícios nutricionais e terapêuticos [51].

Ainda ao longo dos últimos vinte anos foram experimentadas e incentivadas outras atividades com produtos florestais não madeireiros na Resex Chico Mendes, anunciadas como de grande importância para elevar a renda das famílias seringueiras e garantir a conservação ambiental, a exemplo da plantação de café, pimenta longa (*Piper Hispidinesrvum*) para extração de safrol e pupunha (*Bactris gasipaes*) para extração de palmito. Estas “alternativas” também não obtiveram resultados exitosos.

Para fins de elaboração da dissertação de mestrado, Fittipalady [52] entrevistou moradores da Resex Chico Mendes, área que abrange o município de Xapuri, em 2012, que relataram algumas situações enfrentadas no período em que executaram as ações supracitadas:

“O Basa me emprestou R\$ 3.700,00 para eu plantar café e R\$ 3.700,00 para eu plantar palmito. O café, o sapé invadiu e eu não colhi e a pupunha não teve quem comprasse, não vieram cortar o palmito, que era pra vender palmito, não vieram cortar nem nada, ainda tem o pupunhal aí porque não deu certo, não tinha ramal, não tinha nada. Aí chegava todos os mês a cobrança do Banco, aí foi preciso eu vender a canoa que eu tinha, foi preciso eu vender umas égua que eu tinha, pra pagar o banco. Eu vendi o que era meu pra eu pagar o banco, não devo nada, Graças à Deus” (Otacílio Martins de Oliveira, 76 anos, morador do Seringal São Pedro, Colocação Bom Levar, em entrevista concedida a Fittipalady, no ano de 2012) [52] (p.91).

A fala do entrevistado reflete a falta de êxito dos projetos implementados e sobressalta um dos grandes gargalos existentes na Resex Chico Mendes: a inexistência ou intrafegabilidade de ramais para escoar a produção. O endividamento ocasionado pelos financiamentos adquiridos junto ao Banco da Amazônia é mais um dos efeitos advindos dessa política no cotidiano de uma parte dos moradores da Resex.

Em linhas gerais, o conjunto da discussão apresentada explicita que as expectativas iniciais dos seringueiros, de viver nas Resex em melhores condições de vida, através da renda obtida com a diversificação dos produtos florestais não madeireiros, não foram concretizadas; apesar do discurso oficial haver operado efeitos simbólicos. As ações de “fomento” aos produtos extrativistas não madeireiros, umas das principais demandas das populações

tradicionais, ficaram longe de ser uma prioridade governamental. As propagandas veiculadas em todo o mundo eram de que os moradores da Resex Chico Mendes viviam da diversificação da produção extrativista, mas as políticas e estratégias implementadas pelo governo conduzia esses sujeitos sociais para o retorno à antiga prática da exploração predatória madeireira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que no percurso desse estudo tenhamos logrado o êxito de apontar elementos suficientemente consistentes para demonstrar que, ao contrário do que foi apregoado no discurso dos governos da FPA, não há convergência entre as demandas/anseios dos seringueiros, referentes ao uso e gestão do território da Resex Chico Mendes, e as políticas e estratégias implementadas pelo governo do Acre nesta Unidade de Conservação, no período que compreende os anos de 1999 a 2018. As anunciadas estratégias de desenvolvimento do território da Resex e de conservação da sua biodiversidade foram guiadas pelos interesses do capital.

O marketing governamental destacava que as iniciativas em curso na Resex Chico Mendes representavam a concretização do legado de Chico Mendes e o atendimento das demandas e anseios dos seringueiros. Todavia, na sua essência, elas seguiam as diretrizes gerais de uso do território, impostas pelos seus financiadores: ONGs conservacionistas internacionais e os organismos multilaterais de crédito, como o Bird, KfW, BID. Tais diretrizes subordinavam a natureza à economia de mercado em benefício do capital e estavam contidas no escopo de grandes programas, como o PPG7 e seus “subprodutos” (ZEE-AC - Fases I e II, PDSA – Fases I e II, Lei 1.426/2001, para citar alguns).

Foi seguindo indicação do PPG7 e do ZEE que o governo priorizou o uso do território da Resex Chico Mendes (e de outros territórios de populações tradicionais) com a exploração madeireira para fins comerciais. Essa proposta foi na contramão das demandas apresentadas pelos seringueiros, que se posicionaram contra a exploração de recursos madeireiros para fins comerciais nas Resex, e a favor de viver nesses territórios através da renda obtida com a diversificação da produção extrativista não madeireira.

Para implementar/regulamentar o “manejo madeireiro” na Resex Chico Mendes (e em outros territórios de populações tradicionais), o Estado efetuou um conjunto de adaptações que englobou, dentre outras estratégias, mudanças no arcabouço jurídico e institucional, entre as



quais: aprovação de legislação específica para legalizar a extração de madeiras nas Resex (Lei n.º 1.426/2001) e criação e/ou reconfiguração de órgãos gestores da política pública florestal estadual.

Também fez parte das estratégias governamentais, a intensificação de uma campanha de marketing nas florestas e cidades acreanas, que apresentava a política do “manejo madeireiro” como o legado de Chico Mendes e, portanto, uma conquista para os seringueiros. Para além desse aparato midiático e ideológico, o governo cooptou antigas lideranças comunitárias e sindicais, nomeando-as para ocupar cargos comissionados na esfera governamental. A intencionalidade dessa ação era fazer com que esses líderes atuassem no processo de convencimento dos seringueiros à adesão do “manejo madeireiro” na Resex, visto que uma parte deles rejeitaram essa “proposta”. Essa estratégia também foi um elemento importante na desmobilização da sociedade civil e da organização sindical e seringueira, que teve suas lideranças “fora de cena”.

As adaptações operadas na esfera estadual durante os cinco mandatos consecutivos da FPA, legalizaram um novo ciclo de apropriação e exploração das florestas acreanas pelo capital privado, acobertado na falácia do desenvolvimento sustentável. Sob os auspícios dessa falácia e de uma suposta concretização dos sonhos de Chico Mendes, os seringueiros moradores da Resex Chico Mendes foram direcionados a executar uma proposta antagônica à sua, qual seja, explorar madeiras no seu território. Assim, a ideologia do desenvolvimento sustentável serviu para legitimar os interesses do capital sob a aparente preocupação com a conservação ambiental.

Outra questão de grande relevância demonstrada neste estudo é que, embora as declarações do governo manifestassem que o “manejo madeireiro” trazia benefícios econômicos relevantes para as populações residentes na Resex Chico Mendes (e em outras áreas de populações tradicionais), as evidências apontam que elas integram um conjunto que transforma as florestas do Acre em mercadoria, colocando-as a serviço das grandes madeiras e do mercado internacional. A discrepância entre os ganhos financeiros das madeiras e o dos donos desse território (seringueiros) é a mais forte evidência dessa afirmação. Acresce que, 90% da matéria prima beneficiada no Ciflox, oriunda de planos de “manejo” da Resex Chico Mendes (e de outras florestas) é exportada para o exterior, o que demonstra que há compensação financeira nesses trâmites.

No que diz respeito às ações de “fomento” aos produtos extrativistas não madeireiros, procuramos colocar em evidência que, mesmo sem lograr o êxito difundido pelo governo, elas transcorreram durante os anos de 1999 a 2018, porque eram necessárias para a manutenção da

aparência de que o Estado caminhava rumo ao “desenvolvimento sustentável”, através de uma política que priorizava as populações tradicionais, o extrativismo e a conservação da floresta. Estes fatores eram fundamentais para o processo de captação de recursos externos e para a manutenção do controle político e ideológico do Estado sobre os mais distintos segmentos sociais.

Apesar da complexidade do assunto, se faz necessário a criação de canais de diálogo (em caráter de urgência) entre o governo e a sociedade civil, para debater sobre os impactos que a exploração madeireira para fins comerciais tem provocado no território da Resex Chico Mendes (e de outras áreas em que ele foi implementado) e na vida dos seus moradores. Para além, que seja avaliada a discrepância dos ganhos entre os donos dos territórios (seringueiros) e os dos grandes grupos de capital privado. Nesse contexto, é importante que a sociedade civil retome sua posição de luta, não apenas para exigir a incorporação das suas demandas e necessidades nas pautas governamentais, mas para averiguar se elas estão sendo postas em prática.

## REFERÊNCIAS

- [1] FUNTAC. Fundação de Tecnologia do Acre. **Funtac 25 anos: Ciência e Tecnologia na Amazônia**. Rio Branco-Acre, 2012.
- [2] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Caminhos do Acre: escolhas que transformam cidades e vidas**. Revista On-line, 2016.
- [3] SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico: um estudo de caso do Acre (1999-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2012. 329 f
- [4] CRESWELL, Jonh. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- [5] GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- [6] PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo de floresta em busca de liberdade**. Rio Branco (AC): Nepan Editora, 2016.
- [7] PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2013. 452 p.
- [8] PAULA, Elder Andrade de. **Sindicalismo Rural na Amazônia, conflitos sociais por terra/território e o legado de Chico Mendes**. Relatório de Pesquisa, Estágio Pós-Doutoral. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2018.

- [9] PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. da. **Sindicalismo rural, política e ambientalismo na Amazônia**. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de. (Org.) *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p.109-131.
- [10] ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável – Gestão e política ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002, 827 p.
- [11] CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: Institucionalização e Implementação no Estado Brasileiro dos anos 1990**. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- [12] CNS. Conselho Nacional dos Seringueiros. **Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia**. Rio Branco-Acre, 1993. 52 f.
- [13] PAULA, Elder Andrade. **O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Revista Nera, Ano 7, n.5 Presidente Prudente – SP, 2004. p. 86-101.
- [14] ANTONI, Giorgio de. **O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia**. Ambiente & Sociedade. Campinas vol.13, n.2, jul- dez. 2010, p. 299-313.
- [15] MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Caminhos para a sustentabilidade**. As contribuições do maior Programa Ambiental do País para o uso e a proteção das florestas tropicais brasileiras. Brasília (DF), 2009.
- [16] AMARAL, Paulo; AMARAL NETO, Manuel. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**. Belém: Imazon, 2005, 84 p.
- [17] LITTLE, Paul E. **Projetos Demonstrativos – PDA: sua influência na construção do Proambiente**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, 63 p.
- [18] KOHLHEPP, Gerd. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): As primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia Brasileira**. Rev. NERA, ano 21, n. 42, Presidente Prudente - SP, Dossiê – 2018, pp.308-330.
- [19] BARBANTI JÚNIOR, O. **Políticas de Desenvolvimento Sustentável no Acre: contribuições do SPRN**. Brasília: MMA, 2005. 59 p. (Série Estudos, 5).
- [20] GRAF, Roberta. **Política Ambiental Transversal: Experiências na Amazônia Brasileira**. Tese (doutorado) em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas – SP, 2005, p. 251.
- [21] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II** (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356p.

[22] ACRE, Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre**. Zoneamento ecológico-econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre – documento final. Rio Branco: SECTMA. V.3, 2000.

[23] BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília – DF, 2000

[24] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei n.º 1.277, de 13 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências. Rio Branco-Acre, 1999.

[25] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei Complementar n.º 63, de 13 de Janeiro de 1999**. Dispõe sobre a reorganização da Administração Pública e dá outras providências. Rio Branco-Acre, 1999.

[26] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei n.º 1.426 de 27 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências.

[27] BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Brasília, 2008.

[28] CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de Seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e Outras Histórias**. Rio de Janeiro: Editora AMCGuedes, 2015.

[29] CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Trinta anos Pós-assassinato de Chico Mendes e destruição oculta de florestas e vidas no Acre**. Rio Branco, 2018.

[30] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA – Fase II. Manual Operacional do Programa (MOP). Volume I**. Rio Branco, 2017a.

[31] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA – Fase II. Manual Operacional do Programa (MOP). Volume II**. Rio Branco, 2017b.

[32] SOUZA, João Veras de. **O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2008, 188 p.

[33] JARDIM, Arison. **Complexo Industrial Madeireiro de Xapuri gera 200 empregos diretos. Notícias do Acre**. Rio Branco, 10. nov. 2012. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/complexo-industrial-madeireiro-de-xapuri-gera-200-empregos-diretos/>. Acesso em 30. Dez. 2020.

[34] JARDIM, Arison. **Cooperativa e Complexo Industrial de Xapuri firmam parceria para manejo florestal sustentável**. Notícias do Acre. Rio Branco, 05. Jun. 2018. Disponível

em: <https://agencia.ac.gov.br/cooperativa-e-complexo-industrial-de-xapuri-firmam-parceria-para-manejo-florestal-sustentavel/>. Acesso em 30. dez. 2020

[35] COOPERFLORESTA. Cooperativa dos Produtores Agroflorestais Comunitários. **Ata da Reunião de Manejadores da Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Xapuri (Amoprex)**. Xapuri-Acre, 02 jun. 2018.

[36] CARDOSO, Raimari. **Europa é o maior destino da madeira extraída dos Planos de Manejo Florestal de Xapuri**. AC24horas (jornal on-line), 21 set. 2019a. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2019/09/21/europa-e-o-maior-destino-da-madeira-extraida-dos-planos-de-manejo-florestal-de-xapuri/>. Acesso em: 07. Set. 2020.

[37] HUMBERTO, Bráulio; XERFAN NETO, Sahid. **Estudo do Caso da Extinção da SEF e Criação da Sedens no estado do Acre**. Fundação Getúlio Vargas. Projeto Conexão Local Interuniversitário, ciclo 2012. São Paulo, 2012.

[38] TAITSON, Bruno. **Programa de Residência Florestal no Acre completa um ano com formatura de 14 engenheiros florestais**. WWF-BRASIL. 10 jan. 2008. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?uNewsID=11361>. Acesso em: 10. Nov. 2020.

[39] CAMELY, Nazira. **Imperialismo, ambientalismo e ONGS na Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

[40] ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2003**. Rio Branco, 2003.

[41] ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2005**. Rio Branco, 2005.

[42] ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2006**. Rio Branco, 2006.

[43] ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2013**. Rio Branco, 2013.

[44] ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2017**. Rio Branco, 2017.

[45] SILVA, Rubicleis Gomes da. **Avaliação da Política de Subvenção Econômica à Borracha Natural no Estado do Acre**. Espacios. Vol. 36 (Nº 20), 2015.

[46] ACRE. Governo do Estado do Acre. **Binho inicia distribuição de 1.000.000 de preservativos fabricados pela Natex**. Notícias do Acre. Rio Branco, 18 dez. 2008. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/binho-inicia-distribuio-de-1000000-de-preservativos-fabricados-pela-natex/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

[47] PONTE, Karina Furini da. **Desenvolvimento Sustentável e o Controle Social da Natureza e do Trabalho: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (Ac)**. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente-SP, 2014, 360 f.

[48] CARDOSO, Raimari. **Sepa e Emater acompanham Funtac em visita à fábrica de preservativos** de Xapuri. Notícias do Acre. Rio Branco, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/sepa-e-emater-acompanham-funtac-em-visita-a-fabrica-de-preservativos-de-xapuri/>. Acesso em 09 nov. 2020.

[49] REGO, J.F. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo\\_neoextrativismo.pdf](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf). Acesso em: 09 agost. 2020.

[50] BRYAN, Samuel. **Tião Viana entrega R\$ 8 milhões em galpões e equipamentos para Reserva Chico Mendes**. Notícias do Acre. Rio Branco, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/tiao-viana-entrega-r-8-milhoes-em-galpoes-e-equipamentos-para-reserva-chico-mendes/>. Acesso em: 10 out. 2020.

[51] LIMA, C. P.; CUNICO, M. M.; MIYAZAKI, C. M. S.; MIGUEL, O. G.; CÔCCO, L. C.; YAMAMOTO, C. I.; MIGUEL, M. D. **Conteúdo polifenólico e atividade antioxidante dos frutos da palmeira Juçara (Euterpe edulis Martius)**. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, v. 14, n. 2, p. 321-326, 2012.

[52] FITTIPALDY, Márcia Cristina Pereira de Melo. **Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização?** Rio Branco: Edufac, 2017.

---

<sup>i</sup> A FPA governou o Acre por cinco mandatos consecutivos, aqui elencados de forma cronológica, com seus respectivos governadores: 1999 a 2002 e 2003 a 2006 - Jorge Viana; 2007 a 2011 - Arnóbio Marques; 2011 a 2014 e 2015 a 2018 Sebastião Viana. A cada nova eleição ela refazia a sua composição partidária.

<sup>ii</sup> Trata-se de um movimento social agrário, ocorrido durante a década de 1980, em defesa da floresta amazônica [10].

<sup>iii</sup> Para citar alguns: PAULA, Elder Andrade de. (Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013; DHESCA. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios. Violações de direitos no estado do Acre: Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Rio Branco, 2015; CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Dossiê: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Rio Branco, 2012.

<sup>iv</sup> Os empates foram uma estratégia de resistência criada pelos seringueiros, que consistia em impedir o desmatamento dos seringais. As primeiras ações dessa natureza ocorreram no município de Brasília, em 1976, sob a direção do líder e sindicalista Wilson Pinheiro [10].

<sup>v</sup> É importante destacar que o “Manejo Florestal Comunitário Madeireiro” no Acre remonta a meados da década de 1980, via iniciativa do governo Flaviano Melo (1987-1989) - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi para atender as demandas dos “negócios florestais sustentáveis”, que esse governo criou a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), no ano de 1987 [39].

<sup>vi</sup> Outros mecanismos de mercado foram propostos pelas agências internacionais de desenvolvimento, com o objetivo declarado de reduzir o desmatamento na Resex Chico Mendes, a exemplo do comércio de carbono – Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (Redd+) [28].

<sup>vii</sup> O documento apresenta o diagnóstico da situação econômica e ambiental do Acre, o conteúdo do Programa (objetivos, descrição dos componentes e custos do financiamento), o modo pelo qual o mesmo será executado, e ao, final, apresenta a viabilidade e os riscos relativos [32].

---

<sup>viii</sup> A madeira explorada na Resex Chico Mendes nos anos de 2014 e 2018 também foi vendida para outras madeiras, a exemplo da Laminados Triunfo, ainda que em menor quantidade do que para o Ciflox [35].

<sup>ix</sup> Os preços das madeiras variam de acordo com as espécies, dimensões/espessuras e tipos de beneficiamento. Os valores referenciados neste artigo foram obtidos mediante cotação de preços realizadas em três madeiras exportadoras de madeiras.

<sup>x</sup> No site da Associação Andiroba consta inúmeras publicações que versam sobre essa temática e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: <http://www.andiroba.org.br/publicacoes/>.

<sup>xi</sup> Uma das relevantes contribuições é o Modelo Digital de Exploração Florestal (Modelflora). De acordo com a Embrapa-Acre, esse “modelo” de exploração reduz, em até 30%, os custos de elaboração e execução de planos de manejo florestal.

<sup>xii</sup> De acordo com Rêgo (1999, p. 3), na dimensão econômica, o “neoextrativismo” “promoveria um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção”.

<sup>xiii</sup> De acordo com a Funtac (2012), o apoio para essas pesquisas vieram de várias instituições nacionais e internacionais e parlamentares. Em consulta ao site da Embrapa foram encontradas informações de pesquisas financiadas pelo Fundo Amazônia, Bird, BID e WWF.